

ATA N.º 03/2019**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE VARZIM, DE****19 DE JUNHO DE 2019**

Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, aconteceu a sessão ordinária da Assembleia Municipal, com a presença dos seguintes membros deste Órgão Deliberativo: -----

- Afonso Manuel Pinhão Ferreira, -----
- Joaquim da Silva Vianez, -----
- Miguel Pedro Duarte Pinto, -----
- Teresa Silva de Castro Lopes, -----
- Rui Avelino da Silva Coelho, -----
- José João Soares Miranda Coelho, -----
- Edgar Alberto Marques Torrão, -----
- Ana Margarida Vieira Freitas da Silva, -----
- Andreia Gomes, -----
- André Manuel Pinho Neves Tavares Moreira, -----
- Luís Miguel Mendes Gamito, -----
- Cristiana Sofia Gomes Vilaça de Campos Fernandes, -----
- Maria Lia Nunes Dias, -----
- Silvana Pontes, -----
- Pedro Costa, -----
- Rui Tiago Lea Rodrigues, -----
- Vítor Eduardo Ferreira Pinto, -----
- Diana Duarte Vianez, -----
- Susana Amorim Martins, -----
- Tiago Oliveira, -----
- Ricardo dos Santos Cadilhe, -----
- Hugo Fernando Carvalho Gonçalves, -----

- João Maria de Freitas Pereira, -----
- João Miguel Lopes Martins, -----
- Sónia Maria dos Santos Araújo, -----
- José Miguel Carneiro Neta Ribeiro, -----
- Ana Francisca Rigor Trocado Ferreira, -----
- José Martins Loureiro de Araújo, Presidente da Junta de Freguesia de Balasar, -----
- José Armandino Gomes Domingues, Presidente da Junta de Freguesia da Estela, -----
- António Moreira Pontes, Presidente da Junta de Freguesia de Laúndos, -----
- Paulo João Lopes da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Rates, -----
- Carlos Alberto Mações Gondar, Presidente União das Juntas de Freguesias de Aver-o-Mar, Amorim e Terroso, -----
- Fernando Eusébio Correia Rosa, Presidente União das Juntas de Freguesias de Aguçadoura e Navais e -
- José Ricardo dos Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Juntas de Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, -----

Faltaram à sessão, tendo-se feito substituir, os seguintes Deputados Municipais: António Jorge Quintas Serrano, Paulo Almeida, Eduardo Gastão e Joaquim Castelo Branco. -----

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo: Aires Henrique do Couto Pereira, Presidente da Câmara Municipal, Luís Diamantino Carvalho Batista, Vice-Presidente, Andrea Luísa Neiva Maia da Silva, Vereadora, José Luís Ferreira da Silva Ramos, Vereador, Maria Lucinda Amorim, Vereadora, Marco Afonso da Cunha Martins Barbosa, Vereador, Miguel Fernandes, Vereador. -----

ABERTURA DA SESSÃO -----

PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, AFONSO PINHÃO FERREIRA -----

Na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim e no uso da competência conferida pela Regime Jurídico das Autarquias Locais, dou início a esta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

DEPUTADO HUGO GONÇALVES (PS) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“44 idosos agredidos por dia, a maioria por maus tratos pelos filhos ou cuidadores”. -----

São estes os dados oficiais da PSP relativos a 2018 em Portugal. Ainda recentemente entrevi nesta Assembleia sobre este tema, mas gostaria de aqui voltar e, Senhoras e Senhores Deputados se me permitirem a inovação, iria com uma leitura de uma passagem de José Saramago que ontem fez nove anos que nos deixou, do seu livro *Intermitência da Morte* que numa pequena história que nos deixa aquelas questões de moral que por serem tão óbvias insistem em ser necessárias. -----

“Era uma vez, no antigo país das fábulas, uma família em que havia um pai, uma mãe, um avô que era o pai do pai e aquela já mencionada criança de oito anos, um rapazinho. Ora sucedia que o avô já tinha muita idade, por isso tremiam-lhe as mãos e deixava cair a comida da boca quando estavam à mesa, o que causava grande irritação ao filho e à nora, sempre a dizerem-lhe que tivesse cuidado com o que fazia, mas o pobre velho, por mais que quisesse, não conseguia conter as tremuras. Pior ainda se lhe ralhavam, e o resultado era estar sempre a sujar a toalha ou a deixar cair comida ao chão, para já não falar do guardanapo que lhe atavam ao pescoço e que era preciso mudar-lhe três vezes ao dia, ao almoço, ao jantar e à ceia. Estavam as coisas neste pé e sem nenhuma expectativa de melhora quando o filho resolveu acabar com a desagradável situação. Apareceu em casa com uma tigela de madeira e disse ao pai, a partir de hoje passará a comer daqui, senta-se na soleira da porta porque é mais fácil de limpar e assim já a sua nora não terá de preocupar-se com tantas toalhas e tantos guardanapos sujos. E assim foi. Almoço, jantar e ceia, o velho sentado sozinho na soleira da porta. Ao neto parecia não lhe importar o feio tratamento que estavam a dar ao avô, olhava-o, depois olhava o pai e a mãe, e continuava a comer como se não tivesse nada que ver com o caso. Até que uma tarde, ao regressar do trabalho, o pai viu o filho a trabalhar com uma navalha um pedaço de madeira e julgou que, como era normal e corrente nessas épocas remotas, estivesse a construir um brinquedo por suas próprias mãos. No dia seguinte, porém, deu-se conta de que não se tratava de um carrinho, pelo menos não se via sítio onde se lhe pudessem encaixar umas rodas, e então perguntou, que estás a fazer? O rapaz fingiu que não tinha ouvido e continuou a escavar na madeira com a ponta da navalha, isto passou-se no tempo em que os pais eram menos assustados e não corriam a tirar das mãos dos filhos um instrumento de tanta utilidade para a fabricação de brinquedos. Não ouviste, que estás a fazer com esse pau, tornou o pai a perguntar, e o filho, sem levantar a vista da operação,

respondeu, estou a fazer uma tigela para quando o pai for velho e lhe tremerem as mãos, para quando o mandarem comer na soleira da porta, como fizeram ao avô”.-----

Esta pequena história demonstra-nos que é por de mais evidente que a forma como tratamos os nossos próximos é um amaciador espelho de como seríamos tratados em igualdade de circunstâncias.-----

Mas é igualmente evidente a forma como tratamos os mais vulneráveis entre nós e o espelho moral mais fiel das nossas comunidades.-----

E falhamos, falhamos muito. São mais de 16 mil idosos agredidos em 2018, quase 4 mil idosos vítimas de violência no primeiro trimestre do presente ano.-----

Falhamos muito enquanto indivíduos, mas ainda falhamos muito enquanto comunidade.-----

Numa sociedade perigosamente egoísta e individualista, com laços comunitários e solidários ameaçados, temos a obrigação de desenvolver, todas as respostas coletivas que possam criar uma comunidade mais solidária mais coesa e fazer um combate sem tréguas, à violência, ao isolamento, à solidão, à exclusão social.-----

Trata-se no fundo de lutar pela dignidade das pessoas.-----

Mas, para isso, precisamos de também dar-lhes voz, e, por isso, segundo um espírito construtivo, apresentamos um singelo contributo nesse sentido, apenas como mais uma ferramenta que nos possa auxiliar em formato de Moção para que possa recolher o apoio desta Assembleia.-----

Trata-se da criação da figura do Provedor do Idoso.-----

PROPOSTA-----

“O Provedor do Idoso”-----

Trata-se de uma pessoa integrada e reconhecida na comunidade que possa servir de intermediário entre a população sénior e a autarquia local, participando na definição das políticas públicas dirigidas a esta faixa etária.-----

Esta figura, nomeada pela Autarquia Local, poderá cumprir os seguintes objetivos, entre outros possíveis e a definir:-----

- Defender os direitos das pessoas idosas;-----
- Receber queixas, denúncias e reclamações relacionadas com as pessoas idosas e proceder ao seu encaminhamento para as entidades competentes;-----

- Averiguar as situações sinalizadas pelas pessoas idosas ou pela comunidade que possam indicar perigo;
- Promover o desenvolvimento pessoal e social das pessoas idosas, a sua autonomia e integração social;
- Dirigir recomendações aos órgãos competentes; -----
- Reforçar a proximidade entre a população sénior e a autarquia; -----

A Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim, reunida no dia 19 de junho de 2019, em sessão ordinária, delibera recomendar ao Executivo Municipal a criação da figura do Provedor do Idoso”. -----

VOTAÇÃO DA ADMISSÃO DA PROPOSTA;-----

A Assembleia deliberou, por unanimidade, admitir a Proposta -----

Discussão da Proposta -----

DEPUTADO VITOR PINTO (BE)-----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Em boa hora foi trazida esta proposta para a criação de um Provedor do Idoso. Creio que o bom senso não terá nada a opor a que seja criado um interlocutor da comunidade mais idosa.-----

Gostaria de chamar a atenção para duas questões que podem ser desenvolvidas mais tarde, seja por quem apresenta a proposta, ou por quem tem a obrigação de executar ou não. São as seguintes:-----

Em primeiro lugar, uma proposta para a existência de uma pessoa ou entidade que receba as queixas dos idosos (que devem ser muitas no nosso Município pois infelizmente temos uma população envelhecida, fruto da evolução demográfica e alguma perda de população, ao contrário do que algumas vezes tenham vindo a dizer), só terá algum sucesso, na minha humildade opinião, se for amplamente conhecida de todos os idosos e idosas no nosso Município. Conheço outros Municípios que já têm a figura do Provedor do Idoso. O problema é que a maior parte não sabe a quem pode recorrer, a quem se pode dirigir para apresentar queixa, as suas preocupações, os seus anseios. O que acontece é que depois, uma boa ideia fica tolhida ou estragada por uma má execução. Portanto, não nos opondo a esta figura, gostaríamos de recomendar adicionalmente no caso de ser escolhida esta pessoa, que se siga um processo de ampla divulgação da sua existência nos idosos”.-----

DEPUTADO JOÃO MARTINS (CDU)-----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Em relação a este tema, nada temos a opor, só queremos deixar uma sugestão ao PS que entendemos

que em vez de ser um Provedor do Idoso deveria ser um Órgão Colegial, isto é, uma Comissão do Idoso e não um Provedor. Uma Comissão cujos membros poderiam até sair desta Assembleia Municipal e ser composta pelos vários membros dos partidos aqui representados. É essa apenas a recomendação que gostaríamos de deixar” .-----

DEPUTADO JOAQUIM VIANEZ (PSD)-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Nós vamos votar favoravelmente a deliberação que aponta uma recomendação que nos parece adequada. Também me parece adequado o tema porque já estava previsto avançarmos neste sentido. Atendendo que é uma recomendação vamos votar favoravelmente. -----

Agora permitam-me que diga uma coisa em relação a esta matéria. Falo dado pertencer a uma União de Freguesias da qual está aqui o Senhor Presidente que atestará isso mesmo.-----

Tive a oportunidade de assistir a duas coisas recentes em relação a esta matéria que aconteceram. Saramago contou muito bem aquela experiência, mas neste caso concreto, era deixarem a comida em cima do muro para o idoso vir buscá-la porque nem tão pouco lá dentro a levavam; outro caso que tive a oportunidade de constatar, estava numa reunião e tivemos que chamar os filhos de um idoso à Junta. Tinha a ver com uns singelos 20 euros ou 40 euros que era necessário para se poder comprar gás.-----

Portanto, Senhor Deputado e Senhoras e Senhores, estes assuntos estão devidamente identificados. São acompanhados e são uma preocupação de todos nós. Portanto, não se fique com a ideia que nada estava a ser feito, era só e apenas esta mensagem que queríamos deixar aqui, na certeza de que iremos votar favoravelmente” .-----

VEREADORA DA COESÃO SOCIAL, ANDREA SILVA-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Só queria deixar aqui a informação que essa figura do Provedor do Idoso já foi contemplada no Plano de Proteção ao Idoso. Relativamente à Comissão, fizemos um encontro em rede que é um dos encontros que promovemos para a Rede Social e para quem quiser estar presente naturalmente, mas, normalmente, é para todas as Instituições que fazem parte da Rede Social há já cerca de mais ou menos dois anos, com uma pessoa responsável por um projeto piloto para uma Comissão de Proteção ao Idoso. -----

A dificuldade que existia em implementá-lo é porque nos achávamos que à semelhança daquilo que são as

CPCJ (Comissões de Proteção de Crianças e Jovens), deveria haver uma Comissão de Proteção ao Idoso, mas que não havia ainda a Figura Jurídica tendo sido isso que na altura nos travou um bocadinho. O facto de poder ter essa Comissão e, portanto, contemplar a imagem do Provedor do Idoso está naturalmente a ser trabalhada juntamente com todos os outros planos que estamos agora a finalizar. ----- ~
O Plano Nacional para o Idoso está disponível e faz parte daquilo que são os nossos planos. Naturalmente que a recomendação vem ao encontro de tudo aquilo que também são as nossas preocupações.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO-----

A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção. -----

DEPUTADO JOÃO MARTINS (CDU)-----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

A propósito das comemorações do 46.º aniversário da elevação a cidade da nossa terra. -----

Como não me canso de salientar, nas intervenções que venho tendo nesta Assembleia, a CDU é uma força política que acredita na Democracia e cuja maturidade e experiência ao nível autárquico, faz com que a convivência democrática com outras forças políticas aconteça de forma natural, seja quando somos oposição, seja quando somos poder. -----

A este propósito, queremos aqui manifestar a nossa congratulação com a iniciativa da CMPV, que, através de um protocolo celebrado com o Exército Português, tornou possível a “Instalação 25 de Abril – Homenagem à Liberdade”, com a cedência de uma *chaimite*, símbolo da Revolução de Abril e do Movimento das Forças Armadas. -----

Sobre a já tradicional atribuição de medalhas de reconhecimento, cumpre apenas deixar duas notas:-----

A escolha dos homenageados é da exclusiva responsabilidade do Executivo Camarário, já que, os eleitos deste Órgão nunca foram consultados a esse respeito.-----

Não obstante, tratar-se de escolhas políticas, queremos manifestar a nossa concordância pela atribuição da Medalha de Reconhecimento Poveiro Grau de Prata ao Sr. Professor João Marques, fundador da Escola de Música da Póvoa de Varzim, bem como pelo relevantíssimo papel como pensador, dinamizador, programador e Diretor executivo e artístico e coordenador-geral do Festival Internacional de Música da Póvoa de Varzim, durante 40 anos. -----

Ao Professor João Marques, o nosso muito obrigado. -----

Sobre a atribuição da Medalha de Cidadão Poveiro Grau Prata a Dionísio Vinagre, administrador da atual concessionária do Casino da Póvoa, gostaríamos aqui de esclarecer alguns equívocos e ambiguidades e não misturar o que não deve ser confundido. -----

Não somos fundamentalistas, -----

Valorizamos a importância socioeconómica, turística e cultural que o Casino tem, há muitas décadas, na nossa cidade. -----

Valorizamos e reconhecemos a importância que as “verbas do jogo” têm para o desenvolvimento de alguns projetos urbanísticos e socioculturais, mas, como todos sabemos, essas verbas são contrapartidas a que a concessionária - qualquer que seja - está legalmente obrigada a entregar ao Estado. -----

Sobre o reconhecimento do papel do Casino, o Município já o fez há dez anos, com a atribuição da Medalha de Reconhecimento Poveiro - Grau Ouro à “Varzim Sol”. Por isso, consideramos que a atribuição da Medalha a Dionísio Vinagre - não ao Casino - é profundamente lamentável e absolutamente infeliz, pois ele é responsável por uma política laboral desastrosa, que levou à eliminação de centenas de postos de trabalho (diretos e indiretos) e a um despedimento coletivo que, recentemente, foi (e bem) julgado ilícito pelo Juízo do Trabalho de Barcelos, cuja Sentença aproveito para convidar todos os aqui presentes para ler, pois é um belíssimo exemplar de um estudo sobre a atividade dos Casinos e a sobre as relações de trabalho”. -----

DEPUTADO SUSANA MARTINS (PSD) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Sobre a Sustentabilidade Ambiental...” -----

Não há plano B para esta questão, cada cidadão é responsável pelos seus atos, a criação de estratégias e a implementação de medidas e projetos por parte do Município por si só não chega, mas tem, contudo, o papel essencial de sensibilização dos cidadãos para a sua adesão. -----

As consequências da atual qualidade de vida são bem visíveis, mas todos juntos faremos a diferença, promovendo a Mobilidade de forma sustentável, que é o “termómetro” dos problemas ambientais. Bem como a Economia Circular, através do aproveitamento e encaminhamento correto dos resíduos produzidos, contribuindo assim para a descarbonização da nossa cidade, sob a pena também de escassez de recursos para as gerações futuras. -----

No seguimento do projeto apresentado na passada Assembleia, “Reciclar é Dar +”, face ao seu notório sucesso informo que foi iniciada, no fim de semana passada, a ativação do seu alargamento, para nascente da zona da Matriz, com ações de sensibilização e entrega dos equipamentos. A meta de 16.25 toneladas mensais, correspondentes a 195 toneladas anuais, é já atingida desde novembro, e no mês de dezembro alcançou o valor máximo de 26.3 toneladas mensais. De forma a otimizar o serviço de recolha, no mês passado, decorreu também uma ação de sensibilização dirigida especificamente aos utilizadores que apresentam uma baixa taxa de participação. -----

E, conseqüentemente, iniciou-se em dezembro do ano passado um outro projeto único e inovador da LIPOR “Reciclar para Ganhar!”, com o mesmo objetivo de sensibilizar os cidadãos para a separação de resíduos, permitindo o aumento, de forma significativa, dos quantitativos de embalagens a enviar para reciclagem. Foi testado no Mercado Municipal e muito elogiado pelo Ministro do Ambiente aquando da sua visita propositada. Consistindo na instalação de uma máquina onde os cidadãos colocam os seus resíduos e são diretamente compensados através da emissão de um talão com pontos a trocar por vales de compra no Mercado Municipal, bilhetes no Cineteatro Garrett e entradas na Varzim Lazer. A adesão a este projeto foi também um enorme sucesso, decorridos 6 meses, contou com 13.859 utilizações, tendo sido colocadas na máquina 310.000 embalagens, as quais correspondem a 25 toneladas de materiais enviados para reciclagem e entregues 2047 vales. -----

De momento os cidadãos poveiros também já podem usufruir do Projeto de Recolha Seletiva de Resíduos Verdes, separando os resíduos verdes que produzem nos seus jardins e encaminhando-os para respetiva recolha. Através da entrega presencial no novo edifício inaugurado no fim de semana passado “Ecocentro e Estação de Transferência de Laúndos”, dos Serviços Gratuitos de Recolha a Pedido ou da recolha Porta à Porta para zonas abrangidas, depositando os resíduos verdes em feixe ou em saco junto ao contentor indiferenciado em dia e horário definido. Este projeto permite assim a redução da quantidade de resíduos verdes e orgânicos presentes nos resíduos urbanos indiferenciados, contribuindo para o alcance das metas previstas para a reutilização e reciclagem de resíduos biodegradáveis. -----

A par destes projetos, no âmbito da reutilização de materiais, também foram fomentados outros projetos vocacionados para a gestão dos recursos naturais, que são o bem mais precioso. Aqui ainda temos a oportunidade de usufruir. Num país onde há mais mar do que terra, o projeto “A Pesca por um Mar Sem

Lixo” com a LIPOR, a Doca pesca e as associações de pescadores, é um importante exemplo a destacar. O qual surgiu com o objetivo de sensibilizar as tripulações dos barcos para a exploração marinha mais sustentável, consciencializando-os para as questões ambientais, e para a valorização do recurso que é o seu meio de sustento, o mar. Tendo sido também distribuídos neste núcleo contentores e criado um parque de resíduos no Porto de Pesca. -----

Paralelamente ao desenvolvimento do projeto “A Nossa Horta” e, conseqüentemente, “Hortas Biológicas” de cariz privado, surgiu também o projeto “+ Ambiente, + Agricultura, + Futuro” também com o apoio da LIPOR. Inicialmente em formato de workshops participativos e posteriormente através de visita a algumas explorações, envolvendo mais de 100 agricultores. Também o objetivo neste projeto foi, da mesma forma, tornar mais sustentável a exploração do “recurso trabalhado”, neste caso a terra, tendo sido desenvolvidos processos orientadores para os agricultores no apoio à sua atividade. Com especial abordagem sobre os resíduos, mas abordando também questões como a água, energia, qualidade do solo, produtos químicos, entre outros. -----

É importante também dar destaque ao trabalho que está a decorrer pelo Centro de Investigação em Biodiversidade da Universidade do Porto, que consiste na elaboração do levantamento da biodiversidade existente no nosso Parque da Cidade. Sendo o objetivo perceber as espécies que lá habitam para orientar as medidas de gestão em função da sua conservação. -----

E hoje também aqui em Assembleia Municipal será tomada a decisão de aprovação da proposta do nosso Executivo de isenção dos veículos elétricos de pagamento de parquímetro ou de qualquer estacionamento de superfície, pelo período de 10 anos, de forma a incentivar a utilização de transportes amigos do ambiente. -----

Mais uma medida que enaltece a preocupação com o ambiente, neste caso num âmbito crucial que é a mobilidade, contribuindo para a descarbonização da cidade. Sendo que face ao significativo atraso da montagem dos postos de carregamento elétrico pela Rede Mobi.e, foi também fomentado um novo procedimento para que outros operadores possam concorrer para a instalação de imediato de dois postos de carregamento, um na Praça do Almada e outro na Avenida dos Banhos. Também na área dos transportes públicos encontra-se a ser desenvolvido com concelho vizinho um plano de facilidade e promoção à Mobilidade Sustentável.-----

Em suma, a diversidade de projetos de cariz ambiental reflete a visão à frente do nosso Executivo, a pensar no futuro e no legado para as gerações futuras, colocando a nossa cidade entre os municípios de referência em sustentabilidade ambiental. Contando assim com o humanismo tão característico da sua comunidade poveira cada vez mais responsável e mais justa” .-----

DEPUTADO TIAGO OLIVEIRA (CDS)-----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Como é sabido o CDS promoveu visitas e contactos institucionais com a Polícia Municipal, com a Guarda Republicana e Polícia de Segurança Pública, num trabalho que teve como objetivo o conhecimento mais atual e fundamentado da realidade da segurança de pessoas e bens no nosso Concelho. -----

Nessas reuniões, foram abordados assuntos vários como as condições logísticas, instalações, números de operacionais, áreas de atuação territorial, estratégia e perceção da segurança na Póvoa de varzim. -----

Desde logo, todas as forças de segurança assumiram ter a perceção cada uma no âmbito de cobertura territorial que na Póvoa de Varzim não é, um território de criminalidade grave ou excessivamente violenta sendo a prática de mais incidência no nosso Concelho: o furto, o consumo de estupefacientes e episódios de vandalismo.-----

Contudo e no decurso das visitas realizadas, o CDS foi confrontado com uma questão que reputa de muito preocupante e que a concretizar-se será um enorme prejuízo para a Póvoa de Varzim. -----

A questão é a seguinte:-----

Foi assumido pelo Comando da PSP que quando a nova esquadra da PSP de Vila do Conde estiver disponível e que vai custar 2 Milhões de euros aproximadamente, e que está perspetivada, segundo os mesmos, para 2020, a maioria das valências existentes atualmente na esquadra da Póvoa de Varzim serão transferidas para a esquadra de Vila do Conde, ainda que não haja justificação. O dever de conceder às forças de segurança as condições dignas de operacionalização nem devia ser questionável.-----

A transferência de valências deve-se ao facto das instalações da atual esquadra da PSP da Póvoa de Varzim, não terem condições físicas adequadas e se encontrarem degradadas.-----

Apesar do edifício ter sofrido recentemente em 2017 obras de beneficiação, obras no valor de cerca de 80 mil euros, mas que foram somente realizadas no melhoramento da fachada. -----

Por isso, o interior do edifício continua com enormes deficiências e desadequação para os fins

pretendidos, quer para a força policial, quer para o atendimento à população. E, caso não sejam realizadas obras profundas de requalificação e beneficiação e adequação do edifício da esquadra da Póvoa de Varzim, em 2020 sofrerá um duro corte no número de efetivos. -----

Nos atuais cerca de 90 agentes destacados na atual esquadra da Póvoa de Varzim restará um pequeno número deles. Os demais serão deslocados para a esquadra de Vila do Conde, bem como grande parte dos meios físicos e de intervenção, como sejam, por exemplo, os veículos automóveis. E, se não forem realizadas as obras necessárias, ou uma outra solução que possa ser aceite pelo comando da PSP, a Póvoa de Varzim ficará com um efetivo exíguo e uma esquadra de valências residuais. Se não se fizer nada e num curto espaço de tempo, a Póvoa de Varzim perderá mais uma vez competências e valências de ordem estrutural para Vila do Conde.-----

Nada que seja novidade para o Senhor Presidente de Câmara. Não é a primeira vez, porque acompanha por dentro e tem influência nesta realidade há mais de 30 anos, seja como funcionário, seja como Vereador e agora como Presidente desta autarquia. -----

A Câmara Municipal deve urgentemente tomar as medidas necessárias e diligenciar, para que a Póvoa de Varzim não fique sem uma verdadeira esquadra e sim com uma esquadra residual da PSP. -----

Porque fachada como aquilo que foi feito ao edifício, foi o que o Senhor Presidente da Câmara fez à esquadra da PSP e é o que faz constantemente na estratégia que leva a cabo no Concelho que preside, quando disponibiliza fundos e torna prioritários projetos e quando disponibiliza fundos e torna prioritários projetos que anuncia e não concretiza, que anuncia e se atrasam e que inaugura e não funcionam.-----

Senão? Que dizer, das obras dos parques desportivos por este concelho fora?-----

Que dizer do complexo desportivo de Laúndos cujos balneários foram inaugurados e não estão disponíveis para serem utilizados?-----

Que dizer dos parques infantis que inaugura deixando os outros em estado de deterioração?-----

Que dizer de um anúncio de uma casa das associações que passou para fórum cultural e que vai custar 9 milhões de euros aos contribuintes poveiros?-----

Que dizer do anúncio da recuperação da fábrica poveira para um suposto museu que ainda não chegou a acontecer?-----

Que dizer ainda da mais recente alucinação de o maior assassinato do maior marco histórico da nossa

cidade a praça de touros da nossa cidade e o caso da nossa esquadra?-----

Ficaria a noite toda a apontar casos concretos.-----

Desconfio que o Senhor Presidente de Câmara esteja a respeitar o seu eleitorado que lhe confiou o voto porque para ser sério em política temos que ser também previsíveis para que as pessoas se sintam à vontade para se aproximarem dos projetos políticos de cada um. E estou convicto que seria bem diferente se o Senhor Presidente de Câmara avisasse à dois anos atrás o que pretendia fazer ao nosso concelho. --

Que queria deixar esta segunda passagem pela Presidência da Câmara por um mandato de fachada.-----

Mas tirará consequências políticas positivas ou negativas do que anda a fazer, com pena minha, para com tudo o que é irreversível o que configura numa postura política desonesta e que fica muito mal. -----

Mas como o assunto que me traz a esta intervenção é segurança e é demasiado importante para me dar ao luxo de desperdiçar o meu tempo sem abordar o que de muito pertinente falta ainda para expor a esta

Assembleia, devo lembrar como já referi que o CDS desenvolveu um estudo de profundo assente nos contributos nas forças de segurança de dirigentes do partido, alguns cidadãos que contribuíram para um conjunto de recomendações e que espero que sejam tido em conta pelos restantes partidos para discussão pela Assembleia Municipal e pelo Executivo da Câmara Municipal; no nosso entender e apesar da Póvoa de Varzim não ser um concelho de criminalidade grave ou violenta, como já foi aqui dito, é um facto, como em todo lado, que a mesma existe e tem-nos preocupado que os pequenos casos de furto, tráfico de estupefacientes e vandalismos não se tenham tornado mais constantes e apesar de ser um facto de que a criminalidade é um problema impossível de erradicar, e que a classe política não devia deixar de a combater e de fazer da segurança dos cidadão uma preocupação prioritária na sua ação. -----

Nesta forma o CDS deixa ao critério da Assembleia Municipal para debate sério e se possível suprapartidário as seguintes recomendações:-----

A construção de uma nova esquadra para a PSP, num local que facilite as operações de emergência, num local de maior acessibilidade e com as condições físicas adequadas às suas necessidades, a construção de um pólo da esquadra da GNR seja em Balasar, Rates, Laúndos, Estela ou qualquer freguesia que seja numa situação mais limítrofe como complemento à atual esquadra na cidade. -----

Para oferta de quatro veículos elétricos à GNR e À PSP, para patrulha em regime.-----

O aumento do número de efetivos da Polícia Municipal de forma a alargar o período de funcionamento e

patrulha para 24 horas.-----

Formalização de protocolos de brigadas mistas parecidas ou idênticas às que já existem entre Polícia Municipal e PSP e também entre Polícia Municipal e GNR, mas durante todo o ano. -----

Criação de uma rota de patrulha da Polícia Municipal que englobe os principais edifícios públicos, parques verdes e ciclovias, artérias sinalizadas como mais vulneráveis a atos de vandalismo e criminalidade, uma maior vigilância a situações de crime ambiental junto a locais de recolha de lixo e zonas críticas de depósito abusivo ou não autorizado.-----

Maior vigilância junto às escolas.-----

E a presença da Polícia Municipal em todos os eventos desportivos do Concelho incluindo os jogos do campeonato do interfreguesias.-----

Estas são as nossas propostas resultado de um trabalho efetuado que consideramos ser pertinente aplicar.

Lanço finalmente o repto ao Senhor Presidente da Assembleia pela importância que a segurança dos cidadãos representa e pelo combate que nunca devemos de deixar de tratar que equacione a realização de uma sessão extraordinária para o efeito” -----

DEPUTADA ANA FRANCISCA FERREIRA (PS) -----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Somos o Concelho do bom ambiente. Contudo, aproximamo-nos dos meses de verão e percebemos que estamos a léguas disso. Nestes meses, o Concelho é inundado de eventos com impactos ambientais bastante significativos, onde se produz um avultado número de resíduos, nomeadamente de plástico de utilização única e onde se polui de forma avassaladora o meio ambiente envolvente. -----

Basta uma visita ao Parque da Cidade no pós-Dias no Parque que os problemas saltam à vista: um relvado num estado descuidado na zona junto ao palco decorado com milhares e milhares de beatas. Os resíduos?

Uns continuam, ainda hoje, espalhados à entrada do parque, outros, foram encaminhados para estações de tratamento pelas equipas de limpeza. Mas isso não apaga o facto de se terem gerado milhares de resíduos descartáveis, nomeadamente não compostáveis e recicláveis.-----

E o que dizer sobre a questão da mobilidade sustentável para o recinto? -----

Segue-se o São Pedro.-----

Vamos continuar a assistir às marés de copos de plástico e outras embalagens descartáveis no final da

noite? Ou vamos esperar a entrada em vigor da legislação que impõe a sua proibição para tomarmos medidas? Quando teremos finalmente copos reutilizáveis e outras embalagens verdadeiramente amigas do Ambiente nas nossas festas? -----

Quando olhamos para outros municípios, vemos eventos que apresentam há já vários anos uma maior consciência ambiental, mostrando-nos que é possível fazer-se mais e melhor. Veja-se o caso do Festival Bons Sons ou até o Primavera Sound, com o Sê-lo Verde, por exemplo. O mesmo se pode dizer relativamente aos apoios de praia, concretamente no reforço de cinzeiros portáteis, no período de época balnear. -----

Em suma, que medidas conta este Executivo implementar para colmatar já este problema? -----

Somos o Concelho do bom ambiente. No entanto, precisamos CLARAMENTE ser mais progressistas em matéria pró-ambiente. Não basta um discurso bonito recheado de palavras chave, mas que na prática, como se vê, se revela vazio. A Sustentabilidade é a palavra de ordem. Sim, de facto, é, Exmo. Senhor Presidente. E, por essa razão, deve ser discutida com as entidades que a vivem e trabalham no terreno, diríamos num Conselho Municipal do Ambiente? -----

Este existe ou existiu! Sabiam, Senhores Deputados? De acordo com a informação disponibilizada no site da CMPV, este Conselho foi criado em reunião de Executivo em 20 de Outubro de 2003. Há quase 16 anos!

Pois bem, quantas vezes ouviram falar deste organismo nos últimos anos, Senhores Deputados? Quantas vezes é que se reuniu no último ano, Exma. Senhora Vereadora? Que assuntos foram tratados e onde poderemos consultar essa informação? -----

Um dos objetivos deste Conselho, segundo o regulamento disponibilizado, é: Estimular e promover a participação pública individual e coletiva, e apoiar o Município na definição das políticas municipais num espírito de cidadania ativa e responsável. Que medidas têm sido encetadas neste sentido? -----

Muito obrigada pela atenção.” -----

DEPUTADA SÓNIA ARAÚJO (PSD)-----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“O mês de junho é definitivamente o mês dos poveiros. Ao longo deste mês temos três eventos de grande tradição, dois deles de forte adesão popular! -----

150 mil pessoas, -----

cinco dias de festa, -----
94 associações locais de intervenção diversificada, -----
15 artistas ou grupos poveiros,-----
seis ranchos folclóricos locais, -----
três dezenas de presenças em palco de academias de yoga e kung-fu, associações diversificadas, escolas
e academias de dança, grupos escolares, clubes desportivos, -----
consagração desportiva de centenas de atletas de diversas modalidades, -----
20 postos de diversão para miúdos e graúdos, -----
rastreios diários, -----
atividades desportivas permanentes,-----
quase uma centena de barracas de venda de iguarias locais, -----
um parque e lago para fruição, -----
quatro concertos noturnos de índole nacional e internacional...-----

Estes são alguns dos números que transmitem a grandeza dos “Dias no Parque” - trata-se de um evento da história recente, mas bastante emblemático, com grande envolvimento por parte dos munícipes, das associações, dos visitantes, mas sob a liderança vigorosa do Município, na organização, logística, programação e segurança! Este ano com a maior adesão de sempre, este é um evento para os poveiros e com um programa feito essencialmente com a “prata da casa”, num espaço de exposição das associações locais e onde os poveiros se encontram e se sentem bem. É notória a evolução de ano para ano e este ano foi unanimemente reconhecido como um evento das famílias, para as famílias, para todos os poveiros! O ponto de encontro dos poveiros!-----

E que excelentes poveiros que temos! A 16 de junho comemoramos os 46 anos da elevação da Póvoa de Varzim a cidade e como tem sido prática nos últimos 25 anos, com a cerimónia de reconhecimento de poveiros de nascença ou de coração! O ato de homenagem é sempre o reconhecimento dos “homens ou mulheres, bons da polis”, aqueles que servem de exemplo e modelo para os seus concidadãos e o nosso município tem a vantagem de ter muitos “homens ou mulheres bons” aqui nascidos ou cá integrados e que tornam feliz a escolha dos homenageados! A cidade constrói-se dos seus cidadãos e a excelência da cidade é a expressão dos excelentes poveiros que somos! Como tal o reconhecimento das pessoas ou

entidades coletivas que mais se distinguem pelo seu serviço à comunidade é a valorização do passado e do presente, mas também a prolepse ou o “flashforward” do que esperamos do futuro! Este ano, além das homenagens e de todo o protocolo habitual, uma verdadeira gala que muito dignifica os poveiros, tivemos a grande surpresa da apresentação da Póvoa Arena, numa antevisão da nossa cidade no futuro! O espaço multiusos e auditório coberto, com capacidade para cerca de 3000 pessoas poderá ser utilizado para grandes concertos, eventos empresariais, conferências, feiras e exposições e atividades desportivas. Acreditamos que será um espaço de forte relevo no norte do país e que também ele será fator de atração de visitantes à nossa cidade! Já dizia Peter Drucker, austríaco, chamado o pai da administração moderna: “a melhor maneira de prever o futuro é criá-lo!” e aqui está a criar-se futuro!-----

E num futuro já próximo, daqui a exatamente 6 dias, começam os festejos em que a cidade ganha especial colorido, movimento e alegria! O nosso S. Pedro, as festas da cidade por excelência! Com um programa diversificado, que este ano tem a duração de 12 dias, a Noitada será o ponto alto com animação por toda a cidade, para todos os gostos e idades, com as nossas rusgas a desfilar pelas ruas e a atuar pelos bairros, com as sardinhas à porta de casa, muita dança, convívio, tradição e o indispensável espetáculo de fogo de artifício com música, às oohoo, na Avenida dos Descobrimentos, Avenida dos Banhos e Largo do Passeio Alegre. Recordamos que estas festas se fazem da articulação do Município com os Bairros, dando o mote, promovendo as condições assegurando um programa diferenciado que concilia o tradicional com o moderno, mas é cada poveiro que faz efetivamente a festa! E para a festa ser de excelência, nós poveiros temos que evidenciar-nos também pela excelência! Não é porque alguma coisa corre mal que tudo está mal! Saibamos honrar a nossa cidade!-----

Viva ao S. Pedro! -----

Viva a Póvoa de Varzim! “.-----

DEPUTADA ANDREA GOMES (CDS)-----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Já em 2009 o CDS defendia a requalificação da Praça de Touros, assim como defendia em primeira mão a requalificação do Porto de Pesca, a talassoterapia, mas é agora, passados 10 anos que temos a alteração de Praça de Touros a Multiusos e, até aqui todos estamos de acordo. É um edifício singular do património da cidade, que hoje comemora 70 anos, mas a degradação e incapacidade leva a uma intervenção na qual,

o nosso Presidente, pretende, ouçam bem.... demolir a Praça de Touros!!!

Mas diz que vai manter a forma!!!! -----

O que é isto, Senhor Presidente? -----

Manter a forma? -----

Manter a forma, não é manter a fachada, não é manter a tradição, não é preservar a memória, não é dar acesso à cultura, não é salvaguardar e proteger o património da cidade da Póvoa de Varzim! -----

De interesse saber que: -----

a UNESCO, a 10 de novembro de 2018, numa recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana, entre outras, recomendou “alcançar consensos através do planeamento participativo e da consulta às partes interessadas sobre os valores a proteger para transmissão às gerações futuras e determinar os atributos que sustentam esses valores”. -----

Aqui, no Município da Póvoa de Varzim, uma consciência singular, sem ouvir a sua cidade e a sua comunidade, decide destruir um edifício histórico e cultural que faz parte emocional da memória coletiva da cidade, privando as futuras gerações desse património urbanístico e cultural. Abusivo!!!! -----

Podemos deduzir que acabar com as Corridas de Touros na Póvoa de Varzim anunciando-se um município antitouradas, - tentando derrubar o gosto e a liberdade dos aficionados Poveiros - foi um argumento fácil para deitar as mãos à obra e demolir o NOSSO património. -----

No entanto, acreditamos que tiveram o cuidado de obter um parecer junto da Direção Geral do Património Cultura, e assim sendo, pedimos que nos dê a conhecer esse mesmo parecer. Que fique bem claro que este elenco da Câmara ficará para sempre associado a um gigante desrespeito pelos Poveiros, num estado que se diz democrático e de direito! -----

Veja-se a vontade de um povo que em 24h tem mais de 7200 assinaturas numa petição pública contra a demolição da monumental praça de touros da Póvoa de Varzim. Para finalizar, o CDS defende a recuperação e modernização da praça para espaço multiusos, mas mantendo a sua função original, como aconteceu no Campo Pequeno, e pede que o Presidente da Câmara Aires Pereira ouça o seu povo”. -----

DEPUTADO ANDRÉ TAVARES MOREIRA (PSD) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Primeiro foi o meu colega do CDS (e eu sou um bocado honesto), ouvi-lo aqui a falar parecia o Correio

da Manhã, parecia que acabou o mundo, que acabou a cidade. Fui conferir os dados que trouxe e concluí que o colega se informa mal. -----

E quanto à história de se assassinar o edifício (acho que já disse isto ao seu colega Castelo Branco), é curioso ver o CDS falar de urbanismo, já que é uma coisa magnífica o que os Senhores fizeram na zona norte nos anos 80. Foi um assassinio da cidade. -----

Nós andamos há 20 anos a ganhar eleições, a reconstruir e a refazer o que vocês destruíram e não é em vão. -----

Mas da forma como falou, deve estar muito satisfeito com os resultados, deve estar satisfeitíssimo.-----

Quanto à minha querida amiga Francisca, sobre os eventos, não se pode ser preso por ter cão e preso por não ter!!-----

Ou não se faz ou se polui... a poluição é uma coisa inerente. Claro que, o que se tenta é que seja o mais sustentável possível e é esse o caminho que tem sido seguido e se tivessem ido aos Dias no Parque tinham visto a limpeza toda como eu vi, a limpeza de hora a hora, os funcionários a recolher o lixo e a levá-lo para a reciclagem, a separá-lo, não viram? -----

É a Câmara que põe as beatas no chão?-----

As cidades para estarem poluídas é porque as pessoas as poluem-----

Mas, é a Câmara que polui?!-----

O tema que me trouxe aqui hoje e já me trouxe há um ano e meio, é um pouco para desmistificar esta ideia que não se faz nada, que está tudo destruído, que as obras não andam; há uma estratégia de obras públicas que estão a decorrer, umas melhores outras piores. Tanto quanto sei, a Câmara, ainda não faz empreitadas, mas para alguns membros da oposição, a Câmara faz empreitadas. O investimento público em oferta cultural é imensa, seja no Garrett, seja dos Dias do Parque, seja no alargamento das festas de S. Pedro, seja a noite branca e outros e, através desta oferta cultural tenta-se atrair novas pessoas. E, depois, vem a oferta comercial.-----

É inquestionável que a nossa cidade está a concretizar uma estratégia, um rumo do qual eu partilho em absoluto, de investimento público em oferta cultural (que há quem diga que não existe, mas é normal, porque por lá também não aparece), em obras públicas e divulgação comercial estratégia de atenuação da sazonalidade, nomeadamente, com a revisão do PDM de Balasar e que pretende promover o turismo

religioso que é um dos segmentos de turismo que mais cresce mundialmente e que não está tão associado ao Verão. -----

Os novos investimentos de espaços de restauração, os quais frequento mais do que aquilo que devia, mas que diversificaram muito a oferta (Momo, M'brasa, Lota, Theatro, Chilly, Pizza d'artista) -----

A verdade é que poderiam ter investido noutra parte. Se investiram aqui e estão a ser sucesso, reforça que os sinais de crescimento e aposta no turismo têm resultado! -----

A capacidade hoteleira da Póvoa que se encontra cada vez mais preenchida o ano inteiro. Não tenham dúvidas, graças aos eventos que o município acolhe e encaminha para os seus hotéis. -----

Em 2014 a Póvoa teve 132 mil dormidas -----

Em 2018 tivemos 193 mil dormidas. E depois, claro, os indicadores empíricos. Não é preciso ser um génio para reparar que a cidade está mais movimentada e animada. -----

As ruas mais movimentadas; trânsito em períodos do dia e do ano que nunca existiram; parques de estacionamento ocupados como não estavam antes. -----

• Segundo dados do INE, em publicação de 14 de junho, a população residente em Portugal reduziu em 0,14% -----

• A população poveira aumentou em 0.21% -----

• Aumentou, em termos relativos, mais do que a AMP e Vila do Conde -----

• Aumentou face ao decréscimo do País. -----

• Não é uma cidade envelhecida como se pode comprovar pelos grupos etários, em que dos 0 aos 24 são mais do que dos mais de 65 -----

Além disso, denota uma inversão de tendência, como se repara pelo gráfico e que, muito provavelmente, indicará 2019 com ainda mais residentes. -----

Se já atingimos o nível que queríamos? Não! Queremos mais e queremos melhor, mas estamos a fazer esse caminho e os eleitores sufragaram isso de forma clara. -----

Tudo isto com uma estratégia de atenuação da sazonalidade, o caso de Balasar cada vez que o nosso colega fala parece que está destruído, mas não é bem assim. -----

A suspensão do PDM à promoção do turismo religioso é o segmento de turismo que mais cresce a nível mundial, tem esse feito, dar mais uniformidade ao território, abrir um novo polo de turismo no nosso

Concelho. -----

Mas também não é só investimento público. Se repararmos existe muito investimento privado, se virem a quantidade de restaurantes relativamente reconhecidos que abriram nos últimos tempos (este japonês que abriu aqui, o Lota, o Theatro, o restaurante que abriu no antigo Quebra Mar, o Mexicano, agora o Italiano), por algum motivo os empresários jovens e não só, estão a escolher a Póvoa para se instalarem. Se se derem ao trabalho de consultarem os dados em 2014, a Póvoa tinha 132 mil dormidas por ano e em 2018 teve 193 mil, alguma coisa de turismo se acredita que terá sido feito. -----

Também temos os indicadores empíricos, que para quem circula nas estradas, estão mais cheias, vemos trânsito que não víamos, estradas com movimentos que não tinham, parques mais ocupados que não estavam. -----

Mas se houver muitas dúvidas quanto a isto, convido-os a ver a publicação no Instituto Nacional de Estatística. Se calhar, não será tão credível como a PRODATA, que a população residente em Portugal reduziu 0.14 %, mas para tristeza de alguns, passo a mostrar o gráfico, aumentou na Póvoa 0.21% aumentou na Póvoa mais que na área Metropolitana do Porto e mais do que em Vila do Conde e aumentou face ao decréscimo do resto do País. -----

Há aqui uma tendência de estabilização e de indução que é evidente. -----

Parece que a Póvoa não faz nada, que está a distribuir, que se prometem coisas e não se fazem. Aquele drama todo, lamento informar, mas não é verdade. -----

Tenho aqui um dado sobre o que falaram na altura no Provedor do Idoso. O nosso colega Vítor Pinto disse que a população era muito envelhecida. Na altura não quis intervir, mas nos dados de 2014 do INE, se juntar a população de mais de 65 e 74 anos e 65 mais anos, as duas juntas são inferiores à dos 0 a 24 anos, e tenho dúvidas que aqui não esteja segmentado que seja dos 0 aos 20. Essa ideia que a cidade está toda envelhecida não é verdade.” -----

DEPUTADO MIGUEL PINTO (PS)-----

Direito de resposta -----

“De facto André, ouço-te sempre com muito gosto. Às vezes, até concordo contigo. Agora, acho de muito mau gosto e com todo o respeito que tenho por ti, mas agora dizer que o Deputado do CDS independentemente de ter o direito de vir aqui dizer o que quiser (desde que seja educado e não falte ao

respeito a ninguém), veio fazer um discurso de profeta da desgraça, quando tu, por outro lado, fazes o discurso de tudo está perfeito na Póvoa?!

De facto, nós temos emprego qualificado criado todos os dias? De facto os jovens qualificados não precisam de sair do território porque de facto têm emprego qualificado todos os dias!?

Falas como se o crescimento do turismo não tivesse a ver com um fenómeno que é nacional, e que tem a ver com o facto da economia estar em alta, o que não vai durar todo o tempo.

Acho que é importante não ter o discurso inverso, quando é para justificar ou quando não nos dá jeito ouvir determinado tipo de coisas que não gostamos, independentemente de elas serem verdadeiras.”

DEPUTADO TIAGO OLIVEIRA (CDS)

Direito de resposta

“Ó Senhor Deputado, aqui o comentador do Correio da Manhã falou em factos, e o senhor com a resposta que deu a tentar desconstruir o profeta da desgraça, fez apenas insinuações. Porque aquilo que falou relativamente às desgraças que falei aqui, não as desconstruiu. Aquilo que eu pedia e aí terei a humildade de lhe pedir as minhas desculpas, é que o senhor desconstrua com dados, agora com insinuações a coisa não vai lá. É mais fachada do que aquilo que é estratégia. Mas então gostava que me dissesse com o contributo do Senhor Presidente da Junta de Laúndos se o balneário ou os balneários de Laúndos já estão a funcionar?

Queria que me dissesse se os atrasos não são verdade?

Ainda por cima, tocou num ponto fraco que é Balasar e se perguntar ao Presidente de Junta se a conclusão do complexo desportivo não se atrasou? Se o início da ciclovía não se atrasou? Não vale a pena, e o que eu quero é que me diga o que não é verdade com factos. O senhor está a mentir ou não está a dizer a verdade. Pedirei as minhas desculpas se não for verdade aquilo que eu estou a dizer. Não tem suporte factual”.

PRESIDENTE DE CÂMARA, AIRES PEREIRA

Fez a intervenção que se transcreve:

“Começo por uma nota relativa a um assunto que importa conhecer.

Chegou há dias a decisão do Tribunal Administrativo quanto à ação que, em 2014, a CDU intentou relativamente às deliberações, tanto da Câmara como da Assembleia, tomadas no processo das instalações

da Fábrica “A Poveira” no Parque Industrial de Laúndos. -----

O processo judicial, já transitado em julgado, diz que as nossas decisões foram bem tomadas. -----

Quero também dar conta de que, através do Gabinete de Relações Públicas da PSP, no Porto, relativo à mudança de competências da sua Divisão sediada em Vila do Conde, esta Polícia diz que a sua atual esquadra na cidade vizinha apresenta fracas condições de operacionalidade, pelo que algumas valências estão provisoriamente sediadas na Póvoa de Varzim - isto, repito, diz a comunicação da PSP. -----

Como Vila do Conde deverá ter novas instalações nos próximos anos é normal que essas valências, que agora estão na Póvoa de Varzim, voltem para a divisão de lá, que foi criada, como devem lembrar-se, pelo então Ministro da Administração Interna, Dr. Fernando Gomes, na véspera de deixar o cargo. -----

- Quanto à situação do edifício da PSP na Póvoa de Varzim, ele sofreu obras dentro e fora, não foi só na fachada. Notem que o edifício é da Câmara, que não recebe renda e ainda faz as obras de conservação necessárias ao seu bom funcionamento. -----

- À deputada Ana Francisca, que aqui, a propósito do plástico, abordou as questões da sustentabilidade, eu quero dizer que essas são questões que todos partilhamos. -----

- Os “Dias no Parque” são um evento gratuito, não são como tantos festivais onde a entrada é paga. Este ano tentámos implementar uma solução, quer para os Dias no Parque, quer para o S. Pedro, que não foi possível concretizar, mas que, no próximo ano, vai mesmo avançar. -----

De qualquer modo, quero dizer-lhes que todos os resíduos lá produzidos foram encaminhados para reciclagem, tudo foi devidamente acondicionado e encaminhado para a Lipor. -----

- Quanto às beatas, devo dizer-lhes, antes de mais, que nenhum membro do Executivo é fumador. Havia, no parque, recipientes para a recolha das beatas. Espero que, com a aprovação, em breve, da lei magnífica que o PAN tem na Assembleia da República, e que prevê coimas de 400 euros por cada beata no chão, o município passe a arrecadar uma receita fantástica, que dará para pagar a sua Polícia e ainda sobrá muito. -----

- Quanto à preocupação que o CDS, a propósito da Praça de Touros, vem manifestar com a conservação do património, eu quero dizer que essa preocupação mais não é, a meu ver, que um expediente para que continue a haver, na Póvoa, corridas de touros. Ainda hoje alguém ligado a um Clube do setor disse que, se o projeto contemplasse a possibilidade de no futuro ali se virem a realizar corrida de touros, nada tinha

a opor à demolição da Praça, o que prova que não é o interesse patrimonial do imóvel que está em causa, mas sim e apenas a possibilidade de nele se continuarem a realizar touradas. -----

Ora a decisão do município, Câmara e Assembleia, foi muito clara. E, portanto, enquanto se mantiver e enquanto eu for Presidente, não haverá corridas de touros na Póvoa de Varzim. -----

E quanto ao edifício, se virem o relatório técnico, que está disponível, concluirão que a única memória a salvar é a forma do edifício, nada mais.” -----

DEPUTADO VITOR PINTO (CDS)-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Duas questões muito rápidas para o Executivo:-----

Uma bastante prática: fomos contactados, chamaram-nos à atenção para um caso que me parece bastante esquisito, bastante grave, até bizarro, que é o caso de uma licença de construção que foi passada no local 115 da Rua António Graça. Foi passada uma licença de construção nova, presumo, havia lá uns edifícios antigos que, entretanto, foram demolidos e passado algum tempo foi dado o alvará para a construção. ---

O problema não é a construção de um edifício novo, o problema é que este edifício está a ser construído de forma a tapar completamente duas janelas de um outro edifício que já lá estava. -----

Acontece que esse edifício que já lá estava foi-nos facultado o projeto que deu entrada na Câmara há muito anos, esta casa em questão tem já algumas décadas, onde é bem visível as janelas iniciais. -----

A questão que venho perguntar-----

Na qualidade de Deputado Municipal e com o dever de fiscalizar a atividade desta Câmara, se existe algum problema em relação a este edifício? Se existe uma fiscalização? Se está tudo em ordem. -----

As pessoas que vivem ao lado sentem-se extremamente incomodados e creio com razão, estão a tapar duas janelas e numa das janelas serve até para instalar a exaustão do sistema de gás o que leva a se tornar uma situação de perigo, não só para quem lá vive, mas também quem ali passa.-----

Vou deixar aqui esses papéis para depois me darem uma resposta. -----

Duas recomendações de forma oral -----

A primeira-----

Recomendar a esta Assembleia nomeadamente à Mesa que substitua estes copos de plástico por copos que possam ser biodegradáveis.-----

Eu sei que são reutilizáveis, mas a maior parte das pessoas vai embora e nunca mais os utilizam. -----

Segundo lugar-----

Que se recomende ao Executivo que se retire a medalha ao cidadão Dionísio Vinagre no último Dia da Cidade, por não se coadunar com os valores que os Poveiros sempre defenderam nesta cidade. São valores da seriedade, valores do respeito, da cordialidade entre pessoas, são valores que estão à vista de toda a gente, reconhecida a opinião de várias pessoas desta cidade, inclusive dos trabalhadores do Casino da Póvoa, que são valores que não são cultivados pelo Senhor Dr. Vinagre, nomeadamente em relação às questões laborais, aos conflitos laborais que têm existido naquela empresa desde há vários anos, até hoje mal resolvidos apesar de haver ordem e recomendações dos tribunais com o intuito de resolver a bem todas essas questões, problemas que foram levantados por aquela Administração.-----

Considero um ato absolutamente provocatório vergonhoso para a cidade o que aconteceu no último Dia da Cidade com a atribuição da medalha de cidadão poveiro grau prata ao cidadão Dionísio Vinagre.-----

Toda a gente já conhece a história do Casino da Póvoa. Toda a gente conhece a história de perseguição do que aquela Administração fez aos trabalhadores, aqueles que pertenciam a Comissões de Trabalhadores e Sindicatos, trabalhadores sindicalizados ou que de alguma forma se solidarizavam uns com os outros, ao perceberem que não eram tratados da melhor forma e da forma legal como deveriam ser tratados; ainda assim o senhor Presidente sabendo que em janeiro deste ano, saiu a decisão do Tribunal de Trabalho de Barcelos, condenando aquela empresa à reintegração dos 21 trabalhadores que foram despedidos de modo ilícito, sabendo de tudo isto, sabendo que o Casino da Póvoa por sua obrigação legal da concessão que tem com o Estado contribuiu para várias obras na cidade e nos concelhos limítrofes, sabendo que essa era uma obrigação e não um ato de filantropia daquele cidadão, poderá ter atos de filantropia, como pessoais, para com amigos, seja lá para quem for o que é certo é que a contribuição que o Casino faz advém de uma obrigação contratual que lhe é imposta pelo Estado, poderá fazer de melhor forma da pior forma, é uma obrigação, não é nenhuma vontade pessoal, é uma obrigação.-----

Sabendo de tudo isto e contra o bom senso o senhor Presidente de Câmara propõe de uma medalha de honra, quando e ainda há pouco a Deputada do PSD disse que há tantos e tantas cidadãos e cidadãs que podem receber a medalha. -----

Tantos? -----

Mas poderia atribuir aos trabalhadores que foram despedidos ilegalmente do Casino pela luta que têm continuamente encetado no tribunal e nas suas próprias vidas, na luta que têm de manter todos os dias a família e no final o Senhor Presidente com a conivência de todo o Executivo, inclusive dois vereadores do PS, coisa bizarra também, decidem atribuir uma medalha aquele cidadão. -----

Pretendo que esta Assembleia recomende que seja retirada a medalha a este cidadão Poveiro Dionísio Vinagre.-----

DEPUTADO MIGUEL PINTO (PS)-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Só relativamente ao Senhor Vítor Pinto e a aos Vereadores do PS, que achou estranho que os nossos vereadores tenham votado? -----

Os nossos Vereadores tiveram o cuidado de fazer um comunicado a dizer o que se tinha passado. A única recomendação que faria e temos uma prática dentro do Partido Socialista, que quando não consideramos que são assuntos estruturais, damos liberdade de voto aos nossos militantes. Achamos que é uma boa prática, os nossos Vereadores tiveram o cuidado de dizerem o que se tinha passado. Só queria pedir ao Senhor Presidente de Câmara que no futuro, se possível, quando houvesse deliberações desse tipo, os Vereadores fossem informados previamente das pessoas que são ser submetidas a voto para receberem a atribuição e que pudessem ser votadas separadamente. Isso teria levado a que os nossos Vereadores tivessem votado doutra forma.-----

Relativamente a este assunto não vou levantar mais pó, só vim aqui referir que os Deputados do PS e os Vereadores do PS votam de acordo, em alguns assuntos, que não são estruturantes ou estruturais, de acordo com a consciência que isso nada melindra o partido, mas sim fortalece a democracia”. -----

DEPUTADO ANDRÉ TAVARES MOREIRA (PSD)-----

Direito de resposta -----

“Utilizando o direito de resposta, quero dizer que não percebo o quase ódio pessoal ao Dr. Dionísio Vinagre. Uma coisa é não gostar da política empresarial laboral dele; isso será discutível; agora, não estamos só a falar das verbas de jogo que estão consignadas na lei.-----

As Correntes D’Escritas estão consignadas na lei? -----

Ele apoia, várias instituições que pedem para lá fazerem jantares para angariação de fundos para as suas

obras, ele apoia e está na lei? -----

Os eventos culturais que são promovidos no casino, estão na lei?-----

E podiam fazer aquilo que fazem noutros casinos que só se preocupam em pôr lá meia dúzia de máquinas e o evento cultural é esporádico quando acontece.-----

Acho que é da maior injustiça o ataque pessoal que estão a fazer à pessoa, pelo facto de não concordarem com a política laboral da empresa. -----

Era isso que queria ressaltar”. -----

DEPUTADO JOAQUIM VIANEZ (PSD) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Uma nota muito breve a este propósito. É para referir o seguinte: eu não compreendi o senhor Deputado Vítor Pinto. O que é que pretende recomendar que a Assembleia recomende ao Executivo? Aqui estão duas recomendações uma em cima da outra. Pela parte que me toca, em nome do Grupo Parlamentar do PSD não vai haver recomendação. -----

Termino dizendo que achei de particular mau gosto e uma questão de deselegância. Todos somos democráticos, todos respeitamos opiniões contrárias e o assunto foi tratado em sede própria, nomeadamente pelos tribunais. Fazer da festa do Dia da Cidade, o local para aquele tipo de situação a que todos assistimos, acho particularmente deselegante e de mau gosto. Era quase como se numa situação de desentendimento familiar, se escolhesse um dia de festa de família para fazer aquilo que eu diria. Uma peixeirada.”-----

ORDEM DO DIA: -----

1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 2019-04-29-----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação da Assembleia eventuais pedidos de alteração ou correção. -----

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na aprovação da ata da sessão de 29 de abril, os quatro Deputados Municipais que não estiveram presentes na sessão a que respeita.-----

DELIBERAÇÃO-----

A Assembleia **deliberou**, por unanimidade, aprovar a ata da sessão de 29 de abril do corrente ano.-----

2. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou aos Deputados presentes se alguém queria intervir sobre a Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade do Município e Situação Financeira do Município.-----

Não existiram intervenções sobre este ponto da Ordem do Dia.-----

3. CORREÇÃO MATERIAL DO PLANO DE PORMENOR DA ÁREA ENVOLVENTE AO QUARTEL DE PAREDES

É presente, para conhecimento do órgão deliberativo, correção material do Plano de Pormenor da Área Envolvente ao Quartel de Paredes, aprovada pela Câmara Municipal por deliberação tomada em reunião ordinária de 8 de maio do corrente ano.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DA OBRA DENOMINADA “REABILITAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA DA PÓVOA DE VARZIM - MARINA NORTE: EQUIPAMENTO FLUTUANTE” E DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA ASSUNÇÃO DOS ENCARGOS EMERGENTES DO CONTRATO A CELEBRAR

Proposta formulada pela Câmara Municipal, consubstanciada na deliberação tomada em reunião ordinária de 21 de maio de 2019.-----

DELIBERAÇÃO-----

No exercício da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e nos termos e para os efeitos previstos no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, Assembleia **deliberou**, por unanimidade, ratificar a decisão de abertura de concurso público para adjudicação da empreitada da obra denominada “Reabilitação da Frente Ribeirinha da Póvoa de Varzim - Marina Norte: Equipamento Flutuante” e, bem assim, autorizar a assunção dos encargos decorrentes da adjudicação.-----

5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA APRESENTADA PELO VEREADOR DA MOBILIDADE E TRANSPORTES - EXCECIONAR OS VEÍCULOS ELÉTRICOS DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO ARTIGO 3.º DO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE LUGARES PÚBLICOS DE ESTACIONAMENTO PAGO COM DURAÇÃO LIMITADA, PELO PERÍODO DE 10 ANOS-----

Proposta formulada pela Câmara Municipal, consubstanciada na deliberação tomada em reunião ordinária de 4 de junho de 2019. -----

DEPUTADO MIGUEL PINTO (PS)-----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Antes de mais, dar os parabéns à Câmara. É uma boa iniciativa e a nossa cultura dentro do Partido Socialista é fazer política construtiva pela positiva. Também sabemos reconhecer as coisas quando são boas Senhor Presidente. -----

A questão que eu queria pôr, é se está lá no protocolo referido que se possível vão ser mais do que dois postos? -----

Acho que se deve fazer força nesse sentido. Parece-me uma excelente ideia. Tem lá um aspeto que não percebi, que julgo ter a ver com o prazo de amortização. Como o Gabinete Jurídico tinha dito que o prazo deveria ser superior a 5 anos, o Vereador refere que será por 10 anos?-----

Gostava de perceber se há algum estudo que sustente isto, se já foram ao mercado e se perceberam se não for 10 anos, não vai haver período de amortização e se é isso que está em causa ou não.-----

Outro aspeto que se calhar não tem mal nenhum, que me chamou a atenção, que tem a ver com a possibilidade de o operador, da empresa que for escolhida poder mexer nas taxas sem avisar a Câmara, isto não terá algum risco? Colocar este ponto aqui no protocolo?”. -----

DEPUTADO JOÃO MARTINS (CDU)-----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Sobre este tema, a CDU irá pronunciar-se a favor. Contudo, permitam-me que deixe aqui algumas considerações sobre o tema, e um pedido de explicações ao Sr. Vereador Luís Ramos.-----

É inegável - a não ser para o Sr. Trump - o fenómeno do aquecimento global. -----

Impõe-se, por isso, aos Governos que tomem medidas urgentes para a descarbonização, sobretudo através de medidas que alcancem a eficiência energética e a mobilidade sustentável. -----

Com a entrada em vigor do passe único e das demais medidas previstas no Programa de Apoio à Redução Tarifária, conseguiu-se dar um passo para alcançar o objetivo da mobilidade sustentável, através, precisamente, da redução do custo individual do transporte, na área metropolitana do Porto. Porém, são precisas mais medidas para a efetiva concretização desse objetivo, nomeadamente o alargamento efetivo

da rede andante a todos os operadores rodoviários da nossa região, e o investimento público na rede de transportes. -----

Cabe, também, ao poder local, dentro das suas limitações, promover a valorização dos recursos endógenos locais, a divulgação e aplicação de medidas de eficiência energética e ambientais, a utilização de soluções e tecnologias adequadas à conservação de energia e de menor impacto ambiental, fomentando a criação de novas atividades económicas e emprego, e assim contribuindo para um desenvolvimento sustentável da região. -----

É essa a preocupação nos concelhos onde a CDU é poder. A este propósito convido o Executivo a conhecer os exemplos da “Agência Municipal de Energia do Seixal”; a “Agência Municipal de Energia e Ambiente de Loures”; a “Agência Municipal de Energia de Almada” (que, apesar de recentemente, o Executivo ter passado para as mãos do PS, foi criada pela governação CDU há 20 anos). -----

Regressando à proposta do Sr. Vereador, e em relação à instalação de dois postos de carregamento de carros elétricos, nada temos a opor, mas sim a acrescentar, pois entendemos que tais postos deveriam ser colocados junto de centros de transportes públicos, nomeadamente na Central de Camionagem e no Parque de Estacionamento junto do Metro, parque esse, que, já agora, necessita de uma urgente intervenção que o organize e o maximize de forma a servir efetivamente os utentes do Metro. -----

Em relação à isenção do pagamento de taxas de estacionamento pelos condutores de veículos elétricos que possuam o respetivo Dístico Identificativo de Veículo Elétrico disponibilizado pelo IMT (Instituto de Mobilidade e dos Transportes), parece-nos ser, de facto, uma medida de impacto positivo. -----

Contudo, não entendemos o prazo de duração de tal medida, uma vez que 10 anos é efetivamente muito tempo, até porque, nenhum de nós consegue afirmar qual vai ser a evolução da compra de viaturas elétricas nos próximos 10 anos. -----

Ademais, em dada altura da proposta do Sr. Vereador pode ler-se que esta medida vigorará durante 3 anos; o que, nos parece ser muito mais razoável, até porque as taxas de estacionamento são um mecanismo que os municípios têm para racionalização do estacionamento público por forma a desincentivar o estacionamento de longa duração, e garantir uma maior rotatividade na ocupação dos lugares, contribuindo para uma melhor qualidade de vida dos residentes das zonas mais procuradas por estacionamento. -----

Assim, agradeço que o Sr. Vereador explique melhor esta questão da duração da isenção de pagamento da taxa de estacionamento pelos condutores de veículo elétricos” .-----

DEPUTADO VITOR PINTO (BE)-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“O Bloco de Esquerda votará favoravelmente a esta proposta, tem bastante pertinência principalmente nos tempos em que vivemos, que o alerta que as mudanças perigosas do clima é cada vez maior, aonde este coro de protestos, já existia a algum tempo inclusive das Nações Unidas, se juntou recentemente uns largos milhares de alunos de todo o País, para nos relembrar mais uma vez a pertinência deste tema e da necessidade e urgência na alteração dos nossos comportamentos em relação ao planeta em relação a poluição.-----

Em boa hora trouxeram esta proposta, confesso pena não a ter apresentado também, não tenho nenhum problema em admitir uma boa proposta.-----

Gostaria apenas também de sugerir algumas alterações:-----

Em primeiro lugar em relação à instalação de postos de carregamento rápido, vejo que só há a exigência de um posto de carregamento rápido na Praça do Almada?-----

E depois outro de carregamento normal na Avenida dos Banhos?-----

Não me parece que uma obra deste tipo que tenha a pretensão de creio eu, de fazer algum reclame e alguma propaganda para que as pessoas comecem cada vez mais a usar veículos menos poluentes, não creio que seja a melhor forma de o fazer, de estar agora um posto de carregamento normal... como sabem um posto de carregamento normal demora várias horas a carregar, precisamente na Avenida dos Banhos vamos ter um automóvel ali provavelmente durante todo o dia carregar enquanto outras pessoas passam e não tem onde carregar o seu.-----

Se fosse outro posto de carregamento rápido faria muito mais sentido, porque dá para carregar estas baterias modernas 80% da bateria em 30 a 40 minutos, a seguir entrava outro e seria mais rápido e fazer isto um serviço com mais utilidade efetivamente e não só para o reclame e incentivo ao uso de veículo menos poluente.-----

Outra questão também é com a localização na Avenida dos Banhos. É um ótimo sítio para fazer reclame e propaganda em relação à mobilidade elétrica, mas não tem muito utilidade se estiver ali. Seria muito mais

se estivesse próximo como referiu o Senhor Deputado da CDU, na estação de camionagem, naquele parque que existe acima do posto de gasolina da Galp. É novo e terá as linhas de eletricidade fácil para instalar o posto de carregamento.-----

Agora em relação à isenção durante 10 anos, também me parece um período demasiado longo, precisamente porque todo o estudo tem vindo a apontar que nos próximos anos vai haver uma procura exponencial de veículos elétricos.-----

Temos que ponderar, em primeiro lugar, a aposta nesses veículos não poluentes, mas o que nós queremos é que haja menos carros na cidade, devolver a cidade às pessoas. -----

Se quiserem aceitar um período máximo de 5 anos de isenção, parece-me bem, com a condição de se rever esse período no final.” -----

DEPUTADO TIAGO OLIVEIRA (CDS)-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Uma nota muito breve deste ponto da ordem que vamos votar favoravelmente. Apenas dizer que apesar do voto favorável, sublinho umas dúvidas relativamente ao impacto que esta medida pode ser.-----

A impulsão que possa ser dada para veículos menos poluentes, pode ser dada mais numa orgânica do Governo com benefícios fiscais e não propriamente desta forma. Acompanhamos a proposta relativamente aos postos de carregamento. Seria possível mais, para um impacto melhor, mas não achamos que alguém vá adquirir um veículo elétrico só porque o estacionamento é gratuito na Póvoa. Mas, aproveitar esta brecha para deixar uma recomendação ao Executivo, a qual é: já que há uma isenção a veículos elétricos, acompanhá-riamos mais neste capítulo das isenções uma aposta na isenção para a dinamização económica local, por exemplo quem fizesse compras, como vai fazer presumo no parque de estacionamento do mercado que vai ser construído, isentar ao pagamento durante algumas horas a quem fizer compras.-----

Achamos que caminhos seguidos relativamente ao estacionamento terão outro impacto para o nosso Concelho do que esta questão ambiental. Por este caminho, ou seja, não é uma questão contra o ambiente, mas algumas dúvidas quanto há forma como é feito”. -----

VEREADOR DA MOBILIDADE E TRANSPORTES, LUIS RAMOS-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Duas notas prévias, -----

o que está aqui em causa é a apreciação da isenção de estacionarmos dos veículos elétricos para o estacionamento pago à superfície e os Deputados na sua maioria falaram sobre a instalação de posto de recarregamento.-----

Segunda nota prévia-----

Isto tudo surgiu porque a rede MOBi.e tem uma rede piloto e que quer instalar na Póvoa de Varzim um posto de recarregamento.-----

Ainda não o fez até ao momento, apesar de insistências várias da nossa parte.-----

O que pretendemos é sermos catalisadores, dar um incentivo aos privados, não queremos substituir ninguém, nós queremos que os privados venham à Póvoa de Varzim instalar, fazer o seu investimento e dar-nos um sinal adicional, dizendo:-----

- Meus Senhores nesta cidade não haverá estacionamento pago para viaturas 100% elétricas.-----

A génese desta proposta tem a ver com isto.-----

Relativamente às perguntas concretas, vou responder na generalidade.-----

Os dez anos?-----

São dez anos. São efetivamente, e tem a ver com a amortização. Para isso, nós contamos com alguns operadores comercializadores que estão credenciados na rede MOBi.e, que nos disseram que este é o período mínimo para que possamos fazer o investimento a custo zero para o Município e que possamos instalar, e a introdução deste equipamento ter algum retorno.-----

Pareceu-nos bem de igual período fazer esta isenção.-----

As taxas a realizar de energia, tem a ver com a rede MOBi.e. Isto já está regulado. Nós não vamos mexer em nada e a garantia é que estes postos, vão estar na rede, e toda a gente vai conseguir identificar. Não temos interesse nenhum em intervir.-----

Quanto a tipologia dos postos de carregamento, isso resultou um bocadinho da auscultação. Temos um plano mais ambicioso global. Temos cerca de oito pontos assinalados na cidade o que inclui também postos de carregamento em sítios estratégicos para a mobilidade, como por exemplo a central de camionagem.

Também aqui na Praça do Almada, não se esqueçam que após a abertura do Centro de Atendimento Municipal, a Sala de Visitas ou melhor a Porta de Chegada do Metro será a Praça do Almada.-----

Pareceu-nos mais interessante apontar num posto de carregamento rápido aqui na Praça, porque também

é um centro cívico da cidade onde se espera alguma rotatividade dos lugares; temos também os táxis. ----

O resto será o mercado. -----

De imediato apontamos estes dois lugares e iremos ver como é que corre. -----

A questão dos 5 anos é para a apreciação desta instalação, se o acordo que vamos fazer com o privado se está a correr bem ou a correr mal. -----

Em relação a mais iniciativas no mercado; o Executivo pretende com a construção do novo parque de estacionamento, entre os Torreões e o Mercado, que quem for fazer compras no mercado, possa trocar o talão de compra pela isenção do pagamento nesse parque. -----

Penso que respondi às perguntas na sua generalidade.” -----

DELIBERAÇÃO -----

A Assembleia **deliberou**, por unanimidade, excecionar os veículos elétricos do âmbito de aplicação do artigo 3.º do Regulamento de Utilização de Lugares Públicos de Estacionamento Pago com Duração Limitada, pelo período de 10 anos. -----

6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE DE 195.000,00 €, PARA APLICAÇÃO NA OPERAÇÃO PORTUGAL 2020 NORTE-05-1406-FEDER-000164 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NO BAIRRO DA MATRIZ, CORRESPONDENTE AO FINANCIAMENTO PARCIAL DA CONTRAPARTIDA NACIONAL - MONTANTE ELEGÍVEL - DE INVESTIMENTO MUNICIPAL, JUNTO DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO -----

É presente proposta da Câmara Municipal, consubstanciada na deliberação tomada pelo órgão executivo em reunião ordinária de dia 4 de junho de 2019. -----

A proposta da Câmara Municipal está instruída com relatório de análise das quatro propostas admitidas no procedimento atinente à contratação do empréstimo e de mapas demonstrativos da capacidade de endividamento do Município. -----

DEPUTADO EDGAR TORRÃO (PS) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“EMPRÉSTIMO COM O ESTADO (REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NO BAIRRO DA MATRIZ). -----

Naturalmente que o **Partido Socialista aprovará** a contração por parte do Município de um empréstimo

de MLP até ao montante de 195.000€, correspondendo ao financiamento parcial da contrapartida nacional - montante elegível - do investimento municipal na requalificação do Espaço Público no Bairro da Matriz, junto do BEI e ao abrigo da Operação Portugal 2020 NORTE. -----

Aproveitando esta aprovação e em concreto a requalificação que o Município projetou para uma tão sensível zona histórica da cidade (a Matriz) e tendo bem presente o mais recente episódio que se relaciona com obras de requalificação - refiro-me às obras na escola de Aver-o-Mar e ao comprovado **deslize político e contratual** que expôs a Câmara a **riscos desnecessários** e que cujos contornos e consequências ainda estão por apurar (apesar da frágil explicação dada a esta Assembleia na passada reunião do dia 29 de Abril do corrente ano, gostava de ouvir a Câmara Municipal sobre: -----

- Qual o **plano de comunicação**, se algum, é que a Câmara determinou para comunicar com os poveiros residentes nessa zona de forma a os integrar nas soluções arquitetónicas de algum modo disruptivas. Pelo que sabemos, o Sr. Presidente da Câmara, invocando uma lei da rolha, cancelou em março de 2019 uma sessão de dúvidas. Quantas sessões de dúvidas é que a Câmara promoveu desde março e que plano de ações retirou das mesmas? -----

- Com um plano anunciado de 18 meses de obras e com o ambicioso objetivo de praticamente eliminar o tráfego automóvel, está pensado ou existe algum **plano de compensação para os pequenos comerciantes** afetados pelas obras e que durante 18 meses poderão ter significativos decréscimos dos seus rendimentos. -----

Por fim, -----

- Num concelho que tem somente 8% da população abaixo dos 18 anos (cerca de 5.000 crianças e jovens) e que progressivamente envelhece, há o risco de que esta quase total pedonalização da zona da Matriz contribua para uma **menor mobilidade das famílias**, sobretudo as mais jovens e que têm de se deslocar das suas casas para as escolas e empregos de forma rápida. Está a Câmara a cogitar alguma zona de estacionamento adicional?" -----

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, AIRES PEREIRA-----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Duas notas a propósito do projeto de reabilitação do centro histórico da Póvoa, na área da Matriz. -----

Primeira nota: aquela não é a primeira obra que fazemos em espaço urbano. Temos, nisto, vasta

experiência - façam o favor de concordar. -----

Segunda: a lei da rolha (que a Comissão Nacional de Eleições impôs e que só há pouco tempo o Tribunal Constitucional resolveu) criou problemas de comunicação com a população do Bairro, que só resolvemos através do processo, moroso, do contacto pessoal, individual, falando com as pessoas, casa a casa, com o propósito de minimizar os impactos que uma obra deste género inevitavelmente tem na vida das pessoas. Quanto à afetação das atividades económicas (compensação de eventuais prejuízos), essa é sempre a velha e inevitável questão, que compreendemos - e que as pessoas, no geral, compreendem, porque têm consciência de que serão os beneficiários das obras e, portanto, serão compensados dos sacrifícios que agora suportam. Caso contrário, poderia também perguntar-se: e depois, obra feita, espaço melhorado, prédios valorizados, aumentamos o IML, e lançamos derrama sobre o IRC? -----

A cidade, neste bairro, continuará a funcionar, com alterações inevitáveis. Aliás, a obra não tem propriamente grandes impactos, tem pouca intervenção de maquinaria, tem mais mão de obra. E, na área da Matriz, vai continuar a haver trânsito, mas regulado e limitado - sairá daqui o chamado "trânsito parasita". Para os moradores será muito melhor. -----

Vai continuar a haver estacionamento, mas não o abusivo e ilegal. -----

Teremos no terreno uma equipa de acompanhamento, que avaliará minuciosamente cada situação. -----

Quanto à nossa situação em Aver-o-mar, na Escola E.B. 2.3., digo o seguinte: basta ler os jornais para ver a quantidade de obras, de norte a sul, que estão paradas, por muitas razões, em geral por incapacidade das empresas que as contrataram e que alegam escassez de mão de obra. -----

Nós, felizmente, só temos este problema. -----

Não partilho a ideia de que teremos de pagar uma indemnização ao empreiteiro - bem pelo contrário, vamos exigí-la, por incumprimento. Fique claro que a responsabilidade da suspensão da empreitada não é da Câmara. -----

Aliás, vejam bem, o último auto de medição de obra que o empreiteiro tinha de receber foi objeto de dois pedidos judiciais de penhora. Portanto, o empreiteiro não vai receber o valor da fatura. Só isso dá para imaginar o tipo de empreiteiro a quem, através de concurso público, adjudicamos a empreitada." -----

DEPUTADO EDGAR TORRÃO (PS)-----

Direito de resposta -----

“Pedi o direito de resposta (até porque deixei aqui a minha caneta. Só duas coisas, eu não pus em causa a competência de ninguém, nem pensei. A Câmara está disposta a riscos, é obvio que se pode falar de alguma incompetência aa nível dos cadernos de encargos e isso é algo que deve ser discutido, mas espero que seja claro que a Câmara não tenha que incorrer em custos adicionais.-----

Uma notícia do Póvoa Semanário de que me socorri, para preparar esta intervenção, diz que e não está desmentida, o Eng. Aires Pereira no fim da Sessão de Câmara que aprovou as obras da Matriz e cito - “as intervenções irão praticamente eliminar o tráfego automóvel e implementar uma forte área pedonal.”, foi isso que o Senhor Engenheiro disse, e foi isso que eu disse e foi esta a preocupação que eu tive o cuidado de dizer. -----

Por fim, queria dizer o seguinte, não vim aqui com planos de compensação, a Câmara do Porto está a fazer obras de fundo, vários mercados por exemplo, o mercado do Bolhão e aquilo que está a fazer é fazer um plano de compensação aos comerciantes, porque na realidade eles vão perder o rendimento. -----

Isto não é uma matéria que seja nova ou que seja algo que não seja discutido -----

Que a Câmara tenha o bom senso e tenha a capacidade de ter as pessoas do seu lado para em simultâneo no decorrer da obra consigam manter os seus negócios abertos e consigam com isso e depois usufruir no futuro de uma área urbana muito mais bonita e de maior qualidade é obvio e é o que desejamos.-----

Mas o plano de compensação de comerciantes é algo que podemos discutir e que lhes assiste.” -----

DELIBERAÇÃO-----

No exercício da competência que lhe é conferida pelas disposições conjugadas da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), do n.º 5 do artigo 49.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) e da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Assembleia **deliberou**, por unanimidade, autorizar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de 195.000,00 €, para aplicação na Operação Portugal 2020 NORTE-05-1406-FEDER-000164 - Requalificação do Espaço Público no Bairro da Matriz, correspondente ao financiamento parcial da contrapartida nacional - montante elegível - de investimento municipal, junto do Banco Europeu de Investimento. -----

Após a votação deste ponto, a Deputada Municipal eleita pelo PAN, Diana Vianez, abandonou a sessão.-----

7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE NÃO-CONCESSÃO DE ACORDO FAVORÁVEL À TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA A ÁREA METROPOLITANA DO PORTO, RESTRITA AOS DE 2019 E 2020, PREVISTAS NA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, E NOS DECRETOS-LEIS N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, N.º 23/2019, DE 30 DE JANEIRO E N.º 58/2019, DE 30 DE ABRIL-

Proposta formulada pela Câmara Municipal, consubstanciada na deliberação tomada em reunião ordinária de 4 de junho de 2019. -----

DELIBERAÇÃO -----

A Assembleia **deliberou**, por unanimidade, aprovar a proposta de não-concessão de acordo favorável à transferência de competências do Estado para a Área Metropolitana do Porto, restrita aos de 2019 e 2020, previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e nos decretos-leis n.º 21/2019, de 30 de janeiro, n.º 23/2019, de 30 de janeiro e n.º 58/2019, de 30 de abril. -----

8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS ELECADAS NO DECRETO-LEI N.º 72/2019, DE 28 DE MAIO -----

Proposta formulada pela Câmara Municipal, consubstanciada na deliberação tomada em reunião ordinária de 4 de junho de 2019. -----

DEPUTADO JOAQUIM VIANEZ (PSD)-----

Fez a intervenção que se transcreve:-----

“Aquilo que vou dizer no ponto 8 aplica-se naturalmente ao ponto 7. e 9. -----

O ponto 8 ilustra melhor -----

Toda esta realidade de transferência de competências começa com uma Lei Quadro 50/2018. Na altura ficamos todos (e até foi matéria de apreciação nesta Assembleia), curiosos. Excelente em termos de propaganda e o assunto em si é unânime. Estamos todos de acordo, mas fomos todos remetidos para diplomas setoriais, que depois haveriam de aparecer.-----

Este do ponto 8 (se quisermos com mais rigor), o decreto-lei apareceu agora em maio 72/2019 de 28 de maio; e também ficamos curiosos. Vamos lá ver se o decreto lei se nos esclarece. Foi falado em relação ao envelope financeiro, mas não só, e é curioso, reparem que agora este decreto lei 72/2019 remete-nos para um protocolo que vai ser assinado, mas que previamente é constituído uma comissão e passo a ler que vai identificar as áreas de gestão, objeto de transferência a universalidade (estou a citar) de bens e

direitos cuja gestão é transferida para cada município designadamente os imóveis, os móveis, incluindo infraestruturas, veículos, embarcações equipamentos incluindo o respetivo estado de conservação, bem como os trabalhadores e é efetuada esta comissão previamente à assinatura do tal dito protocolo. -----

Quem é que compõe esta Comissão? Nada mais nada menos do que cinco pessoas, três indicadas pelo Governo, nomeadamente pela tutela das finanças e pela tutela do mar e duas indicadas pelo Município.--

Sendo que a Presidência da Comissão é coordenada pelo elemento designado pelo membro do Governo.

Portanto, meus Senhores, está mesmo a ver-se que uma Comissão coordenada onde há 3 - 2, o que é que de lá vai sair? -----

Cá de cima da minha ignorância, desculpem lá, e ainda bem que neste tema há unanimidade, as votações do Executivo também foram por unanimidade.-----

Mas dizia eu, porque é que isto está feito assim? Porquê que se faz uma lei um decreto-lei, um protocolo uma Comissão?-----

Porque é que não se inverte esta ordem e se começa por fazer uma Comissão mesmo que não seja paritária, mas isso já são outros contos, e depois das transferências todas, de tudo e mais alguma coisa, vamos partir para o protocolo e depois para a transferência em concreto. -----

Para terminar, e porque acho tudo isto muito estranho, aliás acho uma aberração e deve e tem que haver responsabilidade política sobre este assunto e não preciso de dizer mais nada porque sabemos quem está a liderar esta questão, que para a propaganda serve bastante bem. -----

Só para terminar, e no ambiente privado e nas empresas?-----

Quando existem aquisições de empresas com dimensão que justifiquem estudos são as Due diligence jurídicas, preparam-se tudo contratos, estudam-se, ficam reservas e contingências, porque nestas coisas há sempre matéria que não é vista e é desconhecida e tudo isso é previsto e, só depois desses trabalhos, e eventualmente, esse tipo de Comissão diz sim para a assinatura dos contratos e sim para a transmissão das empresas.-----

Porque não se faz este circuito neste caso? Dá que pensar e ainda bem que há unanimidade neste caso, mas continuo curioso porque nunca mais vamos ter Comissão, nem nunca mais vamos ter protocolo, para saber o que vem, para depois politicamente votar se aceito ou não aceito a transferência.-----

Ainda que neste ponto não vamos aceitar”. -----

DEPUTADO VITOR PINTO (BE) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Não estava a pensar intervir, mas, só uma breve nota. Em primeiro lugar dar os parabéns ao Senhor Deputado Joaquim Vianês. Não faria melhor que eu todas as críticas. As que se possa fazer a este processo de descentralização, completamente atabalhado, não saber nada aos Municípios sem perguntar se tem verbas para tomar conta destas responsabilidades, se tem pessoal técnico, se tem massa critica, se tem equipamentos, seja lá o que for para poder desempenhar todas estas tarefas, que na mente deste Governo teriam que ser transferidas para os Municípios . -----

No entanto, o Senhor Deputado Joaquim Vianez parece ter algum problema de memória, o Senhor foi eleito Deputado pelo PSD, é militante do PSD, tal como grande parte do Executivo. Temo que haja aí um pequeno problema. -----

É que este acordo de descentralização de competências foi feito entre o PS e o PSD, portanto todas as críticas que o Senhor Deputado tenha aqui a fazer, fá-las com muita propriedade e bem eloquentemente até! Eu gostaria que o Senhor Deputado assim como quase todos os Deputados do PSD aproveitassem todo este discurso, todo este debate, que está corretíssimo e fizessem uma recomendação precisamente ao Presidente do seu Partido.-----

Foi quem assinou um acordo juntamente com o Presidente do PSD, com o secretário Geral do PSD, julgo eu que não estive lá na sala, para fazer executar este processo de descentralização de uma forma tão atabalhada que nos surpreende a todos.-----

Todas as críticas que quiser fazer, faça ao Presidente do seu partido, ainda por cima deve andar aqui no Porto na sede. É perto, pode apanhar o metro que agora é muito mais barato, graças às políticas da esquerda e da geringonça.” -----

DEPUTADO JOAQUIM VIANEZ (PSD)-----

Direito de resposta -----

“Não há pachorra para ouvir a geringonça enciumada, portanto tenha paciência Senhor Deputado não vamos alinhar e como sabe, também muito recentemente numa questão que até meteu professores, foi ao contrário. Talvez o PSD com o Bloco de Esquerda que deixou enciumado o Partido Socialista. Não vamos entrar por aí. Tive a oportunidade (já agora não preciso ir de metro), sei onde mora e faz o favor de ser

meu amigo e tenho muito apreço e consideração pela pessoa, e tive a oportunidade de lhe falar sobre este assunto também de lhe dizer que não concordava com este sistema da maneira como estava montado. -- O PSD também cai na questão dos professores como sabe, portanto, aqui também caiu. Vamos dar o benefício da dúvida. Agora que o processo está todo errado, está.” -----

DEPUTADO EDGAR TORRÃO (PS) -----

Fez a intervenção que se transcreve: -----

“Não é direito de resposta nenhum, só queria recentrar a discussão, porque é um assunto sério e é um assunto que nos merece toda a importância. O que na realidade o senhor Deputado Vianez falou foi da “due diligence” e confundiu aquilo que “diligence” é no ambiente cooperativo. Acho que é peregrina a ideia de fazer “due diligence” no Estado, para desconstruir esta descentralização. -----

Posso explicar -----

“Due Diligence” é um termo que é feito em Inglês, que se aplica ou é feita de devida diligência, quando alguém vai comprar uma empresa tradicionalmente a devida diligência, cautela se quiser, do comprador; também o “vender diligence” antecipadamente prepara um relatório de Due diligence e apresenta aos compradores interessados e posso explicar mais particularmente outras questões. -----

Aqui a questão é que o que nos está a ser solicitado e que seguramente vamos votar a favor da proposta da Câmara que é contra a descentralização destas medidas. Só havia uma maneira do PS e do PSD, que entraram neste acordo, de estabelecer a descentralização, porque dificilmente seria possível fazer uma abordagem que não fosse do tipo do edifício jurídico para baixo. É absolutamente impensável pedir ao País, constitua-se uma Comissão e a partir daí comecem a construir todas as regras e regulamentos. Talvez para 2050 é que se conseguia alguma coisa. Obviamente o processo não está a correr bem. Acho que o PS e o PSD se devem sentar outra vez e convidar o Bloco de Esquerda e comprometerem-se com mais a CDU e todos os partidos representados na Assembleia da República, porque esta discussão é muito mais profunda. E essa sim, é o que interessa aos Poveiros e a quem está aqui, que é a discussão de nós podermos tomar conta dos equipamentos que nos dizem respeito. Isto afeta a vida dos Poveiros. Nós estamos a votar contra uma situação que tem a ver com os equipamentos ligados aos Porto de Pesca e Portos de Abrigo e nós infelizmente vamos votar contra!? A favor da não descentralização. -----

Vamos dizer não à descentralização, mas não queremos porque não temos capacidade nenhuma do ponto

de vista financeiro e custo com o pessoal de garantir no futuro que isto não nos vai afetar de uma forma permanente. E eu desconfio que vai afetar.-----

Recentrando a questão, de facto tem que haver uma abordagem de cima para baixo. É assim que são construídos edifícios jurídicos, mas, na realidade, as coisas não estão a correr bem. Deve ser repensado por todos os partidos.

DELIBERAÇÃO-----

A Assembleia **deliberou**, por unanimidade, não aceitar, relativamente ao ano de 2019, a transferência das competências elencadas no Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, publicado em execução da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.-----

**9. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTA DE NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DAS
COMPETÊNCIAS ELECADAS NOS DECRETOS-LEI PUBLICADOS EM EXECUÇÃO DA LEI N.º 50/2018, DE
16 DE AGOSTO, PARA O ANO DE 2020**-----

Proposta formulada pela Câmara Municipal, consubstanciada na deliberação tomada em reunião ordinária de 4 de junho de 2019.-----

DELIBERAÇÃO-----

A Assembleia **deliberou**, por unanimidade, não aceitar, relativamente ao ano de 2020, a transferência das competências elencadas nos decretos-lei publicados em execução da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto:---

- Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro;-----
- Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27 de novembro;-----
- Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro;-----
- Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro;-----
- Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29 de novembro;-----
- Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro;-----
- Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro;-----
- Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro;-----
- Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro;-----
- Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro;-----

- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro; -----
- Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro; -----
- Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro; -----
- Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio.-----

PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA-----

Pedi para falar a Muniçipe Carla Lourenço.-----

No uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: -----

“Boa-noite -----

Não sou perita em formalismos, em cumprimentar ninguém especificamente, mas está o boa-noite dado a toda a gente -----

Eu vim falar sobre a questão que o Senhor Deputado Vítor Pinto falou, relativamente à situação da casa que foi exposta dos quais os documentos e a fotografia foram entregues a mesa.-----

Quero começar com uma pequena intervenção a lembrar porque é importante falar-se em democracia e falar-se em direitos das pessoas com muita idade, etc., foi o primeiro ponto. -----

Os meus pais são considerados pessoas com idade, e não vejo nenhuma intervenção da Câmara neste momento para lutar pelos seus direitos.-----

Uma das principais funções da democracia, estou a ler, é a proteção dos direitos humanos fundamentais com as liberdades de proteção e religião legal, proteção legal. -----

Creio que está claro que o decreto-lei, e estamos a falar em leis e toda a gente falou em leis, implica que uma construção de uma casa deva cumprir a lei?!-----

Quando um projeto é aprovado pela Câmara e não é sequer informado o proprietário da casa ao lado que vai haver uma construção aprovada pela Câmara, tem alvará de licença, que não contempla a distância legal, com um espaçamento que tem que ser dado de 1,5 a 3 metros que tem que ser dado, quando a Câmara recebe uma queixa no dia 7 de maio e até hoje não manifestou qualquer intervenção e a obra continua a avançar e inclusive, consoante está nas fotografias aí, uma das janelas está completamente tapada. -----

Devo salientar que a janela em questão tem saída de gás e o acumular de gás ali pode ser potencialmente perigoso para a saúde.-----

Penso que talvez quando alguém morrer ou tiver que ir para o Hospital haja alguém que faça alguma coisa em relação a isso.-----

Esta questão é muito clara e nenhum dos membros aqui deveria estar a par da situação porque passa pelo Departamento de Obras da Câmara Municipal e com certeza não chega a nenhum dos membros a num ser eventualmente tenha algum tipo de relação com alguém envolvido na obra, não sei se é o caso, mas penso que não. Até que ponto os nossos direitos como cidadãos estão a ser vistos, das pessoas que estão à frente para democraticamente é dito, vou reler, mas potencialmente numa democracia as pessoas são eleitas para protegerem os nossos direitos.-----

Portanto, -----

A Janela do 2.º andar está a dias de ser tapada e é impossível neste momento não intervir de outra forma e eu estou aqui como Poveira, que sempre tive orgulho em ser Poveira, também para indicar que neste momento a única coisa que fizemos foi pôr uma contraordenação, aliás uma providência cautelar, relativamente à situação e estamos à espera da decisão, ainda não fizemos nada a não ser a queixa contra a Câmara, ainda porque a Câmara tem um alvará de licença que está aprovado. -----

Vou salientar novamente a lei, prevê que seja deixado 1,5 a 3 metros segundo o nosso documento que foi entregue na Câmara no dia 7 de maio último, nada foi feito.-----

A única coisa que eu queria saber é qual é o nosso direito legal e em quê que nos defendem se nada está a ser feito?-----

Eu sou cidadã de segunda? Os meus pais são cidadãos de segunda? -----

E a proprietária que está a fazer a construção é cidadã de primeira? -----

É a minha questão?”. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, AIRES PEREIRA -----

Foi pedida a palavra pelo Presidente da Câmara Municipal, para responder à munícipe Carla Lourenço.---

No uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve:-----

Não conheço em concreto a situação que expôs. Digo-lhe já que, na próxima sexta-feira, se puder vir à Câmara, o Vereador responsável a receberá e lhe exporá as razões do deferimento do projeto. -----

Há, nestas questões de vizinhança, muitas situações potenciadores de conflito, situações às quais a Câmara é alheia. Falo, designadamente, de janelas que se abrem, e que não estavam no projeto, de paredes que

são meeiras, etc. E essas são questões que, repito, são dirimidas em tribunal, não aqui na Câmara em sede de análise da legalidade urbanística. As pessoas, ao longo dos anos, fazem alterações nos prédios, alterações que não são legais, mas com as quais depois querem condicionar os vizinhos, como se tivessem adquirido direitos. Não sei se é o caso – por isso lhe digo que, na próxima sexta-feira, venha cá a Câmara, com os seus pais, para ser esclarecida”. -----

ENCERRAMENTO -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a Assembleia quando eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata. -----

E eu,, Maria Paula da Costa Fernandes Macedo e trabalhadora da Autarquia designada para lavrar as atas das sessões da Assembleia Municipal, a redigi, subscrevo e vou assinar. -----

